

GRINBERG, Lucia. Adauto Lúcio Cardoso, da UDN à ARENA. In: KUSHNIR, Beatriz (org.). *Perfis cruzados*, trajetórias e militância política no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2002. pp. 245 – 259.

I

"Devido à sua mania por leis, acabou ganhando o apelido de Jacarandá Branco. O outro Jacarandá era um preto sempre bem vestido e falante, sempre com um livro debaixo do braço, que costumava ir às sessões da Câmara quando esta funcionava no Rio"¹.

Como muitos políticos de sua geração, Adauto Lúcio Cardoso tinha formação jurídica. Tornou-se um dos "bacharéis" da União Democrática Nacional (UDN), lideranças conhecidas pela valorização dos formalismos e pelo gosto pela retórica. Tanto em memórias e depoimentos de políticos, como em observações de sociólogos e cientistas políticos, Adauto é identificado como um dos "liberais históricos" da UDN. Na maior parte dos estudos, tais liberais são mencionados como homens isolados, que participaram do movimento de 1964 e depois divergiram do aprofundamento da ditadura. Mas tais divergências foram expressas na prática institucional desses homens, seja no Congresso Nacional, na ARENA ou no STF.

Adauto Lúcio Cardoso foi um dos fundadores da UDN, exerceu vários mandatos eletivos, foi vereador pelo Distrito Federal e, posteriormente, deputado federal por três mandatos consecutivos, sempre pela legenda da UDN. No governo Castelo Branco, presidiu o Bloco Parlamentar Revolucionário que apoiava o regime. Após o Ato Institucional nº 2 (AI-2), filiou-se à ARENA.

¹ Adauto, a afirmação pela renúncia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11.3.1971, p. 3.

Adauto Lúcio Cardoso personifica a UDN. Na ARENA, tornou-se invisível. Não por falta de atuações espetaculares, ao contrário. Mas por que sua atuação foi sempre dissociada da imagem da ARENA, um partido identificado apenas ao adesismo e à subordinação aos militares. No entanto, é preciso observar que esta imagem é uma construção. É uma certa memória sobre o partido. Uma imagem que corresponde a um dos alicerces da "arquitetura simplificada"² da memória sobre a ditadura no Brasil, para usar uma expressão do professor Daniel Aarão Reis Filho.

A ARENA ou o "partido do sim, senhor", como também ficou conhecida, nem sempre foi submissa ao Executivo. Houve várias divergências entre determinados parlamentares da ARENA e o governo, como nos casos das legislações estabelecendo eleições indiretas para governadores, transformando municípios em área de segurança nacional, assim como na cassação de parlamentares. Na maior parte dessas divergências o que estava em jogo era o monopólio da representação política pelos políticos profissionais. A trajetória de Adauto Cardoso talvez seja um caso limite das hipóteses que procuro discutir em pesquisa desenvolvida sobre a ARENA. Observa-se, principalmente, que as transformações no campo político provocaram tensões entre os parlamentares arenistas e os militares no Executivo ao minar continuamente o monopólio e a legitimidade da representação dos políticos profissionais.

II

Adauto Lúcio Cardoso nasceu em Curvelo, Minas Gerais³. A família morou em vários municípios do estado. O pai, natural de Valença, Rio de Janeiro, trabalhou na construção do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil para Curvelo, depois tentou a sorte em vários negócios: no comércio, em uma pequena fazenda, como gerente de uma loja de automóveis em Belo Horizonte, entre outros. Muitas vezes, o pai ia na frente, depois de estabelecido mandava trazer a família. As memórias de Maria Helena, irmã de Adauto, contam as dificuldades da família e as brincadeiras da infância, como nas tardes em que antes de Dauto e seu irmão Fausto "entrarem em casa, já se sabia que estavam de volta, pois as pedras entravam primeiro do que eles que vinham numa carreira ... perseguidos pela molecada com a qual brigavam, ao sair da aula"⁴.

² Daniel Aarão Reis Filho. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

³ Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. (1930-1983). Rio de Janeiro: Forense/ FGV/CPDOC/FINEP, 1984.

⁴ Maria Helena Cardoso. *Por onde andou meu coração*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 67.

Em 1923, vieram para o Rio de Janeiro. Nos primeiros tempos, trabalhou como repórter num jornal e depois como conferente de cargas do Lloyd Brasileiro. Enquanto cursava a Faculdade de Direito morou com uma irmã e colegas da Escola de Direito na Tijuca, e mais tarde em Copacabana. Depois de formado, foi nomeado consultor jurídico do Lloyd e posteriormente promotor adjunto do Distrito Federal e diretor da Carteira de Seguros do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM).

Na família, a mãe também gostava de política. Maria Helena Cardoso escreve que sua mãe lia qualquer jornal de oposição, começasse o jornal a elogiar o governo, ela passava a ler outro. Em 1944, quando o filho foi preso, não entendeu porque a família escondera dela o fato, disse sentir-se honrada, queria que Getúlio prendesse ela também. Mineiro, morando no Rio de Janeiro, mantinha laços estreitos com as lideranças de oposição de seu estado. Participou da elaboração do *Manifesto dos Mineiros* junto com Afonso Arinos de Mello Franco, Virgílio de Mello Franco, Luís Camilo de Oliveira Neto, Odilon Braga, Pedro Aleixo, José de Magalhães Pinto, Dario de Almeida Magalhães.

Na UDN, Adauto fazia parte da "Banda de Música", grupo formado também por Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, José Bonifácio, entre outros. Aqueles homens, "sentados na primeira fila do plenário, com sua oratória inflamada e muitas vezes violenta, aparteavam ou discursavam diariamente contra o governo"⁵. Em 1954, nas reuniões do Diretório Nacional da UDN os representantes cariocas destacavam-se no combate a Getúlio, Aliomar Baleeiro lançou a expressão "mar de lama" para atacar a "corrupção alimentada nos porões do Catete"⁶. Em 1955, Adauto Cardoso propôs a criação de uma CPI para investigar a declaração de bens dos candidatos às eleições presidenciais, visando, especialmente a candidatura de Kubitschek⁷.

Após a renúncia de Jânio Quadros, Adauto defendeu a posse de João Goulart, em 1961. Naquela conjuntura era favorável à iniciativa de uma representação criminal contra Mazzili e os três ministros militares, por atentarem contra a segurança nacional⁸. Em 1963, Adauto, assim como Pedro Aleixo e Milton Campos, defendeu o parlamentarismo, que constava do programa da UDN desde a sua fundação.

⁵ Maria Vitória de Mesquita Benevides. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 84.

⁶ Maria Vitória de Mesquita Benevides. *op. cit.*, p. 86-89.

⁷ Maria Vitória de Mesquita Benevides. *op. cit.*, p. 268.

⁸ Otávio Dulci. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986. p. 177.

Para Célio Borja, algumas figuras daquela geração como Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro e Adauto Lúcio Cardoso eram consideradas "modelos de políticos, semideuses"⁹. Afonso Arinos afastou-se da vida pública alguns tempo depois do golpe, Aliomar Baleeiro aceitou o convite de Castelo Branco para integrar o STF.

III

Entre 1946 e 1964, havia uma relação estreita entre políticos e militares. Era comum a candidatura de militares pela legenda da UDN, como a do brigadeiro Eduardo Gomes. Havia também os apelos aos quartéis, não só por parte da UDN, mas também pelo PTB¹⁰.

Ao longo da ditadura os políticos foram sendo alijados do centro de decisão, mas participaram ativamente das conspirações anteriores ao movimento de 1964. A partir de 1963, os contatos entre udenistas e chefes militares se intensificariam, com a participação mais ativa do Almirante Heck e dos generais Castelo Branco, Olímpio Mourão, Ademar de Queiróz, Odilo Denys, Cordeiro de Farias e Costa e Silva, com os líderes udenistas Pedro Aleixo, Bilac Pinto, Adauto Lúcio Cardoso, Daniel Krieger, Paulo Sarazate e Magalhães Pinto¹¹.

A conspiração entre udenistas e altos chefes militares da Escola Superior de Guerra (ESG) não envolvia apenas os "duros" da UDN, mas os "liberais" ou "bacharéis históricos", como Afonso Arinos, Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro e Daniel Krieger. Lideranças que exerciam grande fascínio sobre os militares, como lembrou em depoimento recente, Octávio Costa, tenente-coronel em 1964¹².

Na presidência da República, Castelo Branco nomeou vários udenistas para trabalhar no governo. Castelo Branco declarava ser um "udenista roxo" admirador de Lacerda e de Adauto Lúcio Cardoso¹³, com quem tinha relacionamento muito bom¹⁴. O jornalista Carlos Castelo Branco identifica Carlos Lacerda como o grande inspirador de uma geração de militares¹⁵.

⁹ Célio Borja. *Célio Borja*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 6.

¹⁰ Maria Celina D'Araújo. *Sindicatos, carisma e poder*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 162.

¹¹ Maria Vitória de Mesquita Benevides. *op. cit.* p. 127.

¹² Octávio Costa cita Milton Campos, Odilon Braga, Aliomar Baleeiro, Adauto Lúcio Cardoso e Ribeiro da Costa. Depoimento de Octávio Costa. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 82.

¹³ Maria Vitória de Mesquita Benevides. *op. cit.* p. 130.

¹⁴ Depoimento de Octávio Costa. *Visões do golpe...* p. 89.

¹⁵ Carlos Castelo Branco. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. vol. 3. p. 99.

Nas relações entre membros da ARENA e do Executivo, em debates e pronunciamentos, o exercício da política profissional esteve sempre em foco. Tanto os políticos, como os militares, recorriam a diversas categorias: *classe política, meio político...* para designar vereadores, deputados e senadores arenistas. A distinção entre civis e militares governistas era marcada, por ambas as partes, a partir da diferença da inserção da atividade política na vida desses grupos. Os militares estavam estendendo sua atuação política para além das instituições militares, mas continuavam seguindo a carreira militar¹⁶. Os civis governistas eram, na maior parte, homens de longa trajetória na carreira política.

IV

Em 1964, Adauto Lúcio Cardoso destacava seus "35 anos de tribuna forense, depois de 10 anos de tribuna parlamentar..."¹⁷ para alertar os demais deputados:

"— V.Exas. têm um mandato de autenticidade contestado"¹⁸.

Um dos argumentos dos participantes do movimento de 1964 para a deposição de João Goulart era a defesa da legalidade. Na véspera do golpe, no dia 30 de março de 1964, na Câmara dos Deputados, Adauto Lúcio Cardoso soltava a sua verve contra o presidente da República: "Na história do Brasil nunca houve presidentes que fizessem comícios. ... experiência de presidente que estabelece contatos com o povo nas ruas ou nas praças"¹⁹, a não ser no Estado Novo. Desde 1963, Adauto atacava a política de mobilização da população através de comícios realizados pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com a participação do presidente da República²⁰.

Para Adauto tratava-se de uma guerra cujo o objetivo era "sustentar a superior autenticidade da representação do senhor presidente da República, da representação do povo

¹⁶ Em depoimentos recentes, percebe-se que, mesmo atuando na esfera civil da administração pública, as relações entre os militares eram pautadas pelas hierarquias próprias às suas corporações. Ver a série de depoimentos organizada por Maria Celina Soares d'Araújo e outros: *Os anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. *Visões do golpe*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. *A volta aos quartéis*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

¹⁷ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1964. vol. 2. p. 152.

¹⁸ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1964. vol. 2. p. 143.

¹⁹ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1964. vol. 2. p. 141.

²⁰ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1963. vol. 18. p. 805.

em confronto com a nossa representação [parlamentar]"²¹. Nesta guerra, a alternativa escolhida foi o abandono dos princípios democráticos em nome das próprias instituições liberais. Uma aposta que teve desdobramentos funestos mesmo para os políticos que apoiaram o movimento de 1964.

O AI-5 tornou-se um marco tão importante na periodização do regime que algumas medidas anteriores ficaram em segundo plano nos estudos e na memória sobre a ditadura. Da deposição de Goulart ao decreto do AI-5, em dezembro de 1968, as intervenções nas instituições liberais de representação não passaram despercebidas para os parlamentares e dirigentes partidários participantes do movimento de 1964. Quando tornou-se claro que a intervenção militar não seria limitada à deposição de João Goulart, ao contrário, estavam sendo construídos alicerces para firmar um novo regime, vários políticos que apoiaram o golpe passaram a debater as novas normas jurídicas criadas pelo Executivo. Outros afastaram-se da carreira política.

A despeito da imagem adesista da ARENA, o apoio parlamentar aos governos constituídos a partir do movimento de 1964 não foi feito sem contratempos, a atuação do deputado Adauto Lúcio Cardoso mostra um dos caminhos dos políticos que apoiaram o golpe. Inicialmente, as medidas autoritárias eram justificadas sem dificuldades; aos poucos, Adauto passou a tecer observações críticas e, afinal, partiu para o conflito.

Em 1964, entrevistado pelo *Jornal do Brasil*, Adauto Cardoso afirmava que:

"a democracia prevalece e prova disso é a 'liberdade de imprensa, que pode, sem censura, ampliar os fatos'. Citou como exemplo desses exageros as notícias a respeito de torturas nas prisões e acrescentou que as sindicâncias realizadas provam bem a inverdade das informações"²².

Em 1965, Adauto apoiou as principais medidas previstas pelo AI-2. Como o ex-deputado Célio Borja lembrou em depoimento recente, Adauto e Aliomar Baleeiro engrossaram as fileiras do bloco parlamentar que deu sustentação ao governo Castello Branco, inclusive na questão da prorrogação do mandato de presidente até 1967 e na conseqüente suspensão das eleições de 1965 ²³.

²¹ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1964. vol. 2. p. 141.

²² Adauto reafirma apoio da UDN ao governo federal e rebate crítica a Campos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20/21.9.1964, p. 4.

²³ Célio Borja. *op. cit.* p. 7.

Em relação à extinção dos partidos em atividade pelo AI-2, há poucos dados. Mas há notícias de sua participação nas articulações para a organização da ARENA: os deputados Adauto Cardoso e Brito Velho, eleito pela coligação entre o PL e a UDN, teriam passado um bom tempo em frente ao gabinete de Pedro Aleixo assistindo "com indisfarçável gosto", deputados inteiramente desligados da UDN pedir informações sobre a formação do novo partido²⁴. Os ex-udenistas pretendiam ter a hegemonia na ARENA²⁵.

Em 1966, em entrevista à revista *Realidade*, perguntado se havia liberdade no Brasil Adauto afirmou que o Brasil estava sob

"um regime de autoridade, em que a autoridade é superior à liberdade. ... Mas a tendência é que a primeira se atenuie em benefício da segunda. Vivemos num regime de transição, em que as instituições democráticas sobreviveram mantendo o que ... é essência: a liberdade de opinião, de transmissão de pensamento e a temporariedade dos mandatos"²⁶.

Após a eleição de Costa e Silva para presidente da República no Congresso Nacional, Daniel Krieger e Adauto Cardoso teriam saudado o resultado como uma vitória, uma etapa de consolidação do regime democrático. De acordo com Adauto, "etapa difícil mas sem dúvida alguma de natureza decisiva para todos nós"²⁷.

Encontrava-se à frente do governo homens bastante atentos aos formalismos jurídicos. O Executivo formado principalmente por militares manteve o padrão de governar através de leis, mesmo que fossem atos-institucionais e decretos-lei. A iniciativa de elaborar uma nova constituição em 1967 também mostra essa preocupação. No Congresso Nacional, a ARENA organizou uma comissão para analisar o projeto de Constituinte formada por seus bacharéis, quadros históricos da UDN e do PSD²⁸. O deputado Adauto Cardoso ao aceitar o convite para participar da comissão teria dito que iria "procurar 'salvar alguma coisa', frisando que de nada

²⁴ Oposição em dificuldade para formar novo partido. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 22-23.11.1965.

²⁵ Lucia Grinberg. *A Aliança Renovadora Nacional (ARENA): a criação do bipartidarismo e do partido do governo (1965-1979)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998.

²⁶ Há liberdade no Brasil? Luiz Fernando Mercadante. *Realidade*. São Paulo: Editora Abril, setembro, 1966, ano I, nº 6.

²⁷ Coluna do Castelo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4.10.1966, p. 4.

²⁸ "Os representantes da ARENA: Pedro Aleixo, Adauto Cardoso, Djalma Marinho, Antônio Feliciano, Acioli Filho, Oliveira Brito, Tabosa de Almeida, Antônio Carlos Konder Reis, Eurico Resende, Heribaldo Vieira, Wilson Gonçalves, Manuel Vilaça, Rui Palmeira, Vasconcelos Torres". Auro diz que omissão é bonito mas trás ônus. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13.12.1966, p. 3.

adiantará tomar o partido da abstenção"²⁹. Era esse o tipo de diálogo entre os políticos e os militares partidários do movimento de 1964.

V

Desde abril de 1964, um dos principais temas em debate no Congresso Nacional era o das cassações de parlamentares. Nos jornais de época e nos *Anais da Câmara dos Deputados* pode-se observar a existência de vários posicionamentos sobre o assunto. Havia quem defendesse abertamente as cassações³⁰. Entre os membros da UDN havia divergências, a bancada udenista na Câmara dos Deputados era contrária à proposta de Herbert Levy, da UDN de São Paulo, de cassar parlamentares e de organizar a coleta de assinaturas para a cassação de determinados nomes³¹. Em alguns estados, as cassações foram decididas por votação nas Assembléias Legislativas³². Havia ainda a intenção por parte de outros de elaborar um projeto de lei que regulamentasse a matéria³³. Por outro lado, membros do PTB procuravam mostrar as contradições da atuação dos udenistas³⁴, ora arautos das liberdades políticas, ora defensores de cassações de mandatos parlamentares. Naqueles primeiros meses, a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados ao ser consultada sobre a suspensão de direitos políticos considerou-se incompetente para opinar sobre a decisão de outro poder³⁵.

Apenas em 1966, Adauto Lúcio Cardoso e Auro de Moura Andrade, então presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente, pleitearam junto ao presidente Castello Branco a revogação dos artigos nº 14 e 15 do AI-2. Adauto e Auro argumentavam que essa condição era indispensável para tornar legítima a Constituição a ser votada pelo Congresso³⁶, ou seja, era necessário restabelecer as condições de autonomia e inviolabilidade do poder Legislativo³⁷.

Nessa ocasião, Adauto Lúcio Cardoso protagonizou um dos primeiros momentos de enfrentamento entre parlamentares e militares. O presidente Castelo Branco fez uso

²⁹ Auro diz que omissão é bonito mas trás ônus. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13.12.1966, p. 3.

³⁰ Ademar exige cassação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5-6.4.1964, p. 1.

³¹ Ministros de Goulart sem mandatos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9.4.1964, p. 5.

³² Mineiros cassam mandatos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9.4.1964, p. 8. Cearenses cassam mandatos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10.4.1964, p. 3.

³³ Deputado irá até a ONU para defender mandato. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14.4.1964, p. 1.

³⁴ Doutel de Andrade diz que do jeito que está é melhor fechar de vez o Congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5-6.4.1964, p. 13. Milton pede ao Congresso que resista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7.4.1964, p. 4.

³⁵ Governo cassa mandatos e suspende direitos de 35 gaúchos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8.5.1964, p. 3.

³⁶ Auro e Adauto outra vez de mãos dadas. Coluna do Castelo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5.10.1966, p. 4. Auro e Adauto não se dão por vencidos. Coluna do Castelo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7.10.1966, p. 4.

³⁷ Revogação do AI-2 volta a ser reclamada por Adauto. Coisas da Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30/31.10.1966, p. 6.

justamente das prerrogativas que Adauto e Auro desejavam revogar. Em outubro de 1966, o general Castello Branco baixou um decreto privando seis deputados federais de seus direitos políticos, com a conseqüente perda do mandato. Adauto Cardoso, na presidência da Câmara dos Deputados, não tomou conhecimento oficialmente das cassações e permitiu que os atingidos continuassem em atividade³⁸. Distribuiu uma nota à imprensa na qual reafirmou seu apoio ao movimento de 1964, assim como a sua disposição em garantir as prerrogativas do Legislativo para julgar os deputados federais e cassar seus mandatos. O deputado afirmou:

"Fiz a Revolução, primeiro em defesa do Congresso. Conspirei para depor um presidente que ameaçava, não só a independência e dignidade, mas até mesmo a segurança da instituição a que jurei servir. Corruptos e subversivos são detestáveis. O Congresso livre é porém mais importante do que eles"³⁹.

Com essa atitude o deputado Adauto Cardoso ficou bastante isolado na ARENA⁴⁰. Na sessão de votação do ato de cassação dos seis parlamentares, havia apenas quatro deputados arenistas. De acordo com o colunista Carlos Castello Branco, os parlamentares da ARENA ampararam o Executivo com uma "atitude negativa, de ausência ao plenário da Câmara"⁴¹. Afinal, o prédio do Congresso Nacional foi cercado por tropas do Exército para forçar Adauto Lúcio Cardoso a cumprir o decreto da cassação dos seis deputados⁴². No mesmo dia, o presidente determinou o recesso do Legislativo. Em novembro, Adauto renunciou à presidência da Câmara.

Este foi o primeiro episódio no qual levantaram-se argumentos sobre a inviolabilidade de mandatos parlamentares, a independência e a autonomia do Congresso, juntamente com uma hierarquização dos objetivos políticos do movimento de 1964. Conforme o renunciante, "o primeiro e mais alto dever de nossa investidura de mandatos da soberania popular está na preservação da inviolabilidade dos nossos mandatos e da independência e autonomia do

³⁸ Daniel Krieger. *Desde as missões*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. p. 238. Maria Dalva Gil Kinzo. *Oposição e autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB*. São Paulo, IDESP/Vértice, 1988. p. 99.

³⁹ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1966. vol. 23. p. 13.

⁴⁰ Francelino justifica a ausência da ARENA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19.10.1966, p. 3.

Missão de Aleixo e Padilha falha ante posição de Adauto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20.10.1964, p. 3.

ARENA se solidariza com Castelo e apóia recesso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22.4.1966, p. 1.

⁴¹ Carlos Castello Branco. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, ... vol. 1. p. 582.

⁴² Maria Dalva Gil Kinzo reproduz parte do relato do então deputado Mário Piva sobre o cerco ao Congresso Nacional. *op. cit.* p. 100.

Congresso"⁴³. Por sua vez, as *revoluções* constituiriam "algo de transitório, em confronto com a instituição parlamentar".

Diante de tal enfrentamento, tanto o governo, quanto a direção da ARENA, permaneceram discretos. Nos jornais, os comentários reconheciam que "embora censurando a conduta 'flagrantemente contraditória', dos que contestaram a validade da legislação revolucionária, o pronunciamento dos dirigentes partidários não menciona o nome do senhor Adauto Cardoso"⁴⁴. A crise no Congresso aconteceu em meio à campanha eleitoral, Adauto era candidato à reeleição de deputado federal. Entre os seus críticos, houve quem visse no enfrentamento uma estratégia eleitoral. Outros asseguravam que nenhuma medida seria tomada contra o deputado, "nem expulsão da ARENA, cuja posição melhora na Guanabara com sua presença de candidato, muito menos a inclusão de seu nome na lista de novas cassações de mandatos"⁴⁵.

Por sua vez, Adauto procurava afirmar o seu perfil, frisando estarem "enganados os que pensam que fazemos parte da 'frente ampla', pois do lado de lá podem continuar Goulart, Brizola e Kubitschek, nós somos os mesmos revolucionários de 1964"⁴⁶. Um deputado do MDB teria comparado Adauto a "um candidato em órbita"⁴⁷, alegando que com a posição que tomou no Congresso, ficou mal com o presidente Castelo Branco, com o seu partido e não conseguiu comover a oposição. De acordo com a imprensa, a votação de Adauto foi pequena. O que, segundo o deputado, era uma indicação de que seu eleitorado tradicional dava um referendo às cassações de mandatos contestadas por ele⁴⁸.

VI

No folclore sobre Adauto encontra-se uma pérola atribuída ao general Castelo Branco, ele que teria dito que assim como existem crianças-problema, também há homens-problema⁴⁹. No entanto, o presidente Castelo Branco não puniu o deputado pelas suas atitudes na presidência da Câmara, mas conseguiu retirá-lo daquele plenário. A solução aparente fora nomeá-lo para o STF.

⁴³ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1966. vol. 23. p. 347.

⁴⁴ ARENA se solidariza com Castelo e apóia recesso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22.10.1966, p. 1.

⁴⁵ Nada contra Adauto. Coisas da Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22.10.1966, p. 6.

⁴⁶ Adauto encerra campanha da ARENA afirmando que não deixa de crer na revolução. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12.11.1966, p. 3.

⁴⁷ ARENA não crê na derrota de Adauto mas amigos já a consideram possível. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18.11.1966, p. 4.

⁴⁸ Adauto vê no voto apoio a cassações. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17.11.1966, p. 1.

⁴⁹ Adauto, a afirmação pela renúncia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11.3.1971, p. 3.

Em 1967, Castelo Branco convidou-o pela terceira vez para ocupar uma das cadeiras do STF⁵⁰. De acordo com os jornais, a nomeação de Adauto Cardoso para ministro do STF provocou ressentimentos generalizados na ARENA:

"um movimento de insatisfação — e até de rebeldia — na Mesa da Câmara, cujos membros se consideram injustiçados, tendo em vista que foram eles que se ofereceram ao desgaste da opinião pública quando, em lealdade ao governo, anularam a ação do senhor Adauto Cardoso de resistência às cassações de mandatos"⁵¹.

Adauto foi ministro do STF até 1971, quando renunciou. Após o decreto-lei nº 1.077, instituindo a censura prévia a livros e periódicos, o MDB ofereceu uma representação de inconstitucionalidade⁵². O procurador-geral da República, no entanto, deixou de encaminhar ao STF a representação do partido. Em contrapartida, o MDB entrou com uma reclamação contra o despacho do procurador-geral da República.

Na sessão de julgamento de tal representação, Adauto Lúcio Cardoso sustentou a tese da procedência da reclamação para que o STF pudesse apreciar e julgar a arguição de inconstitucionalidade do decreto. Diante dos votos contrários dos demais ministros, Adauto Cardoso renunciou ao cargo:

"Sinto que, com esta solidão em que me coloquei, mais sobreleva a incapacidade em que me encontro para defender alguma coisa por cujo resguardo eu pretendia pugnar nesta Casa. Creio que com a resolução de agora, a ação direta de declaração de inconstitucionalidade está morta. Nas condições em que se acha o país, nenhum particular se atreverá a contestar a constitucionalidade das leis de natureza política. Só poderiam fazê-lo aqueles que agissem por via de representação ao procurador-geral. E este se tornou senhor de julgar, antes do Supremo Tribunal e com exclusão dele, da procedência da representação. Isto equivale a tornar o poder Executivo juiz da inconstitucionalidade das leis"⁵³.

⁵⁰ Carlos Castelo Branco enumera as razões alegadas por Adauto para não aceitar antes: "Na primeira, porque Adauto não queria se beneficiar da criação de vagas no Supremo imposta pelo AI-2; na segunda, por não desejar desguarnecer a Câmara num momento em que havia a ameaça, afinal confirmada, da cassação de mandatos de seus membros". Coluna do Castelo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6.1.1967, p. 4.

⁵¹ ARENA dirá em votação secreta quem prefere para presidir o Congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8.1.1967, p. 3.

⁵² STF julgará quarta-feira reclamação do MDB contra o decreto de censura prévia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6.3.1971, p. 3. Sobre a legislação relativa à censura ver: Beatriz Kushnir. *Cães de Guarda: jornalistas e censores entre o AI-5 e a Constituição de 1988*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.

⁵³ Censura leva crise ao STF; Adauto sai. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11.3.1971, p. 1.

Na presidência do STF, encontrava-se Aliomar Baleeiro, um dos bacharéis udenistas mais próximos a Adauto. A crônica dos jornais relata o alvoroço no qual teria se transformado o STF: sessão secreta, ministros reunidos no gabinete de Adauto Lúcio Cardoso para convencê-lo a desistir de tal idéia ... *O Estado de São Paulo* descreveu com um "susto" o gesto de Adauto Cardoso: "levantou-se, puxou os punhos da camisa para fora do paletó e despiu a toga por cima da cabeça, consumando simbolicamente a renúncia"⁵⁴.

Na imprensa, um dos tópicos recorrentes foi a análise da alta carga de dramaticidade da atitude de Adauto Lúcio Cardoso. Ao mesmo tempo, jornalistas e políticos apontavam para a excelência de Adauto como parlamentar e ministro do STF⁵⁵. Algumas das lideranças arenistas mais próximas do Executivo, como o vice-líder do governo no Senado, Eurico Resende, afirmara que, sem dúvida, o STF perdeu com "o gesto espetacular" de Adauto. As várias renúncias de Adauto Cardoso, de acordo com o mesmo senador eram "uma questão de temperamento, forjado ou valorizado por convicções arraigadas, que colocam o lúcido homem público num ângulo singular, senão mesmo inédito da vida nacional"⁵⁶.

Os parlamentares destacavam a dimensão política da atitude de Adauto. Eurico Resende teria afirmado que Adauto não conseguira conciliar as posições de "parlamentar combativo" e de "juiz eminente" quando havia temas políticos em votação⁵⁷. O deputado do MDB, Adolfo de Oliveira, viu ali "um gesto de rara beleza, bem de acordo com sua vida e seu passado de homem público"⁵⁸. No STF, o ministro Luiz Gallotti, por sua vez, qualificou em seu voto de "pessimismo desmedido" a perspectiva de Adauto de que naquelas condições políticas ninguém ousaria contestar a inconstitucionalidade de atos do governo⁵⁹.

A análise mais dura sobre a renúncia de Adauto encontra-se em um editorial de *O Estado de São Paulo*: "Quando seus ministros renunciam em sinal de protesto, é apenas como se uma pedra tivesse vindo perturbar a calma do lago político, que logo depois se restabelece"⁶⁰. Em 1973, Adauto voltou a advogar justamente contra a censura-prévia. Ele teve então o atrevimento de defender a Editora Inúbia, responsável pela publicação do jornal

⁵⁴ Censura leva crise ao STF; Adauto sai. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11.3.1971, p. 1.

⁵⁵ Na ocasião da renúncia de Adauto no STF também não faltaram especulações sobre o verdadeiro sentido dessa atitude, na imprensa noticiava-se a provável filiação de Adauto no "terceiro partido", o Partido Republicano Democrático (PDR). A criação do PDR era um projeto de Pedro Aleixo, vice-presidente de Costa e Silva, que após o AI-5 desfilou-se da ARENA. Prevê-se atraso no terceiro partido. Coisas da Política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13.3.1971, p. 6. Repercute a renúncia do ministro Adauto Cardoso. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12.3.1971.

⁵⁶ Supremo já providencia aposentadoria de Adauto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12.3.1971, p. 3.

⁵⁷ Saída de Adauto divide opiniões. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12.3.1971, p. 40.

⁵⁸ Saída de Adauto divide opiniões. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12.3.1971, p. 40.

⁵⁹ Gallotti: Adauto foi pessimista. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11.3.1971, p. 20.

Opinião argüindo a inconstitucionalidade da censura-prévia. Adauto Lúcio Cardoso faleceu pouco depois, em 20 de julho de 1974, no Rio de Janeiro.

VII

O folclore sobre Adauto Lúcio Cardoso ressalta seu brilho na "Banda de Música" udenista, assim como suas renúncias à presidência da Câmara dos Deputados, em 1966, e ao Supremo Tribunal Federal, em 1971. Um jornalista sintetizou o estilo de Adauto como a afirmação pela renúncia ⁶¹. Mas não foram gestos gratuitos. Todas as renúncias foram motivadas pela defesa das liberdades políticas e civis. As renúncias foram gestos radicais de um liberal.

Adauto Lúcio Cardoso atuou como advogado, político e ministro do STF, a sua trajetória representa exemplarmente as contradições dos "bacharéis históricos" udenistas. O apoio a um governo formado principalmente por militares representou, de certa maneira, um processo de autofagia por parte de políticos brasileiros, um processo através do qual foram minando suas próprias bases: as eleições diretas, a inviolabilidade dos mandatos eletivos, as liberdades políticas.

Tais formalismos foram objeto de debates e de delicadas decisões políticas. Um debate irrelevante em comparação com o comprometimento com o regime, podem dizer alguns. Mas esse é o universo dos liberais. O universo do formalismo jurídico. E na perspectiva liberal não há "meros formalismos"⁶², como entendiam os pensadores autoritários que marcaram profundamente a cultura política brasileira.

⁶⁰ Beau geste. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12.3.1971, p. 3.

⁶¹ Adauto, a afirmação pela renúncia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11.3.1971, p. 3.

⁶² Bolívar Lamounier. Representação política: a importância de certos formalismos. In: LAMOUNIER, Bolívar. (org.) *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.